

A CIDADE NAS SOMBRAS DA ORDEM

Sérgio Martins *

Nas discussões acerca da metrópole de São Paulo que foram e vem sendo estabelecidas nos mais diferentes âmbitos, níveis e momentos, desde que o processo se põe em sua complexidade já há algum tempo, não é difícil encontrar, a meu ver, interpretações reveladoras de algumas referências comuns. Não são raras as oportunidades em que se pode detectar, no que se lê a respeito, uma abordagem que trata a urbanização como um processo ganha existência sob o primado da desordem, do caos. No interior dos vários discursos que se produzem sobre o processo de urbanização os vezos de espanto, de admiração, de apologia, ou mesmo de um inconfesso horror, que são deliberada ou inadvertidamente manifestos por quem os produz, deixa patente que uma extensão tida como desmesurada e descontrolada da cidade é, no mais das vezes, a tônica da argumentação.

Poder-se-ia mesmo dizer que a ancestralidade de tal abordagem com relação à urbanização, no domínio do pensamento marxista - ele próprio nos seus primórdios - , encontra-se no trabalho de Friedrich Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Henri Lefebvre fez precisas considerações a este respeito, cabendo destacar que nos idos de 1845, enquanto Marx ainda se ocupava em confrontar Hegel com Feuerbach, Friedrich Engels, portanto "no alvorecer do pensamento e da sensibilidade revolucionários, exprimindo o 'vivido' sem ter passado pela dura escola dos conceitos teóricos", põe a nu a dura realidade urbana das grandes cidades inglesas. "Todavia, jamais essa realidade se identifica para ele com a simples desordem, menos ainda com o mal, com uma doença da 'sociedade' (...)". Engels embate-se com a ordem social que engendra o cenário verdadeiramente angustiante que ele descreve. "(...) um dia, porém, diz Engels, a desordem levará de roldão a ordem de que é expressão e criará outra ordem. Essa será a grande surpresa ..."¹

Em contrapartida, uma das posturas intelectuais que ganha força na atualidade é a que vem sendo movida pelos vapores da pós-modernidade. Em breves linhas, os discursos, aí, são formulados tendo em conta a indeterminação dos sujeitos e a invisibilidade da emanção dos poderes, que assim se apresentaria difusa e de difícil decifração, revelando o esgotamento dos "modelos clássicos" de representação, explicação, questionamento e/ou legitimação do real,

porque os níveis de abstração não são mais alcançáveis a partir deles. Enfim, há uma série de argumentos que são esgrimidos no sentido de alardear uma suposta vulnerabilidade da razão e da ciência postas sob suspeição.

É evidente que, com relação a essas posturas, por demais congruentes com leituras que tomam a realidade urbana com a qual iremos aqui lidar com um mundo supostamente desordenado e disforme, é preciso acautelar-se com o que postulam, indagando o que tais suspeitas, em verdade, denunciam.

Parece-me que esse nosso *fin de siècle* vem sendo marcado pela oposição entre perspectivas que se propõem a questionar - e o fazem já algum tempo - os extravijs da razão que apontam para uma crescente racionalização das condições existentes, e outras que nada mais fazem a não ser sujeitarem-se, de maneira cúmplice, aos desdobramentos lógicos da História que adquirem naturalidade.

A primeira delas remete ao combate aos mitos de um pensamento degradado na lógica e na racionalidade estatista, esvaziado das conquistas e do alcance emancipatório do conhecimento logrados através da razão, porque comprometido com a reiteração contínua e continuada das práticas sociais definidas nos marcos da sociedade capitalista, resumindo, assim, a elevação do pensamento a uma racionalidade normativa, instrumental e produtivista, que nutre as caldeiras da locomotiva capitalista. A segunda das perspectivas fornece os termos do desencanto com o pensamento herdado e transformado secularmente, negando-o como um todo e subsumindo-se à factualidade e à fatalidade. Na medida em que mais obscurecem que esclarecem, são, a meu ver, legítimas caudatárias de um irracionalismo que se põe, tal qual os esbirros da razão, como uma barreira contra a universalização do humano.

(*) Geógrafo, mestre em Geografia Humana e doutorando em Ciências Humanas pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

(1) LEFEBVRE, Henri. O pensamento marxista e a cidade, p.27 e passim.

Estas colocações preliminares parecem-me necessárias para evitar o amesquinamento do debate acerca da realidade urbana configurada pela metrópole de São Paulo. Para não truncar a discussão, importa aqui, buscar revelar os conteúdos e sentidos daquilo que se toma por ordem ou desordem neste processo específico de formação do urbano. Nesse sentido, o conhecimento da metrópole não pode prescindir da discussão acerca das possibilidades e interdições à humanização do homem postas no curso da sua constituição.

Por conta disso, procurei não me esquivar de tentar vestigiar algum sentido no aparente caos da cidade. O contrário seria assumir uma postura arriscada. A mera evocação de tempos remotos, por exemplo, além de descabida, não levaria, desse modo, muito longe, pois fatalmente nos poderíamos numa história erra da qual, decididamente, não surgiria nenhuma visão edênica do mundo. Parece-me particularmente perigoso o caminho que deposita o futuro no primado da ordem que se erige sob o signo da razão, uma vez que aí são cometidas as maiores violações e as deturpações mais grosseiras. Refiro-me àquelas onde o espontâneo é considerado como domínio do irracional para ser inapelavelmente declarado como incompatível e incoerente com a sociedade moderna, impondo-se, por este caminho, uma custódia ao vivido por uma razão, também ela, tutelada pelo poder que se autonomizou no Estado.

Não é preciso escavar muito, por exemplo, para nos defrontarmos com concepções sobre o processo de urbanização que nutrem, direta ou indiretamente, as decisões e ações do Estado. As referências fundamentais de tais concepções são as de um desafio imanente e permanente da urbanização à racionalidade estatista. Em essência, é a partir desta última que se define de antemão a urbanização como um processo de produção irracional do espaço, definível a partir da noção de desordem. Trata-se, em verdade, de um processo que perturba a coesão e o equilíbrio almejados pelo Estado, que, por sua vez, constrói os seus mitos e decide estrategicamente.

Nesse sentido, não faltam considerações sobre o crescimento das cidades (e o caso de São Paulo é exemplar a este respeito) como processo emanado de “forças indisciplinadas” que a racionalidade do Estado viria a docilizar². Outras procuram destacar os aspectos supostamente patológicos do processo, revelando sua face desumanizadora que, no entanto, a racionalidade tecnicista viria a humanizar³. Há,

ainda, os que dispendem boa parte de seus esforços para enfatizar a dimensão ameaçadora e monstruosa do processo⁴. E, finalmente, os que se extasiam, numa conivente ingenuidade, com os constrangimentos e condicionamentos imputados ao espaço por uma racionalidade burocrática preocupada em interditar qualquer manifestação da capacidade criadora⁵.

(2) As formulações que se seguem, além de insuspeitas, porque construídas em clara defesa da racionalidade estatista, são exemplares:

“Sabemos que é de grande importância, na moderna administração local, a consideração do problema da expansão das áreas urbanas e suburbanas. As preocupações, no sentido de dar à sua solução um critério racional e técnico, têm-se largamente manifestado no urbanismo contemporâneo. (...)”

No Brasil, igualmente, a situação não é diferente em relação ao interesse e atualidade do tema. A sua relevância decorre do fato da mobilidade das populações (...), promovendo a criação de cidades novas e o desenvolvimento imprevisto das atuais, em que intervêm como forças indisciplinadas os fatores econômicos e as aglomerações humanas.

Portanto, diante do impacto dessas forças, as administrações municipais ficam na retaguarda sem poder, em tempo, corrigilas ou detê-las, gerando-se os graves problemas de desajustamento e carência, em consequência de uma expansão desordenada e crescimento caótico (...).” (DELORENZO NETO, A. *A reorganização das áreas metropolitanas: urbanização e descentralização*, p.63/64, ênfases minhas).

(3) Uma excelente expressão do que Henri Lefebvre denomina de racionalidade tecnicista (Cf. LEFEBVRE, Henri. Posição: contra os tecnocratas) são as construções de Cândido Malta Campos Filho.

“Toda política intra-urbana que se queira implantar no Brasil não pode deixar de levar em conta a realidade dos milhões de cidadãos que já se encontram em situação subumana nas cidades brasileiras e que, por isso, necessitam de um atendimento imediato.

Como consequência, é preciso definir primeiro um política específica para curar essa doença social, representada pelas favelas, palafitas, mocambos, cortiços e loteamentos clandestinos. (CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos - o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil, p.71/72, ênfase minha).

(4) É o caso, por exemplo, de Milton Santos, que em seu “Metrópole Corporativa Fragmentada”, desfia, farta e exaustivamente, um rosário de índices no qual ressalta as dimensões superlativas da metrópole de São Paulo.

(5) Numa série de artigos publicados nos anos 30 e 40 a respeito de Nova Iorque, Lewis Mumford encantou-se particularmente com o conjunto residencial Fresh Meadows, construído pela New York Life Insurance Company. Após enfatizar que “nas proximidades da entrada principal, descobre-se que a ordem, a beleza e o encanto dominam o conjunto”, e ressaltar que os arquitetos de Fresh Meadows atentaram aos menores detalhes, “tais como o

Entretanto, se o foco da lógica que impulsiona as evocações em favor de um espaço concebido sob o primado da racionalidade tende a eclipsar o que lhe provoca inquietações e suspeitas, não é uma ordem abstrata que se pretende instaurar.

Veja-se, por exemplo, a modernização agrícola com a qual o Estado contrapôs-se ao quadro que se explicitou, nos anos 60 e 70, na realidade agrária brasileira. Aparentemente procurando promover uma “empresarialização” no campo, a modernização agrícola, contemplada no Estatuto da Terra, surgia como produto dos requisitos de um cenário de mundialização do capital cuja expansão no Brasil ampliava-se e se aprofundava. Não obstante, apresentava-se, também e principalmente, como sucedâneo imediato e institucional do combate às concepções de propriedade da terra dissonantes da que é consagrada e reconhecida pelos desígnios da acumulação capitalista. É por isso que cedo revelou seu caráter eminentemente excludente no campo, não demorando para que lhe fossem agregados vários epítetos, como o de modernização dolorosa e/ou conservadora.

Identicamente, são as formas específicas de racionalidade que se vinculam as estratégias estatistas sobre a cidade. No final do decênio de 70, por exemplo, tomou corpo no estado de São Paulo um “Programa de Cidades Médias”, que se punha, então, como “uma proposta de descentralização metropolitana”, constituindo-se num dos principais instrumentos da “Política de Desenvolvimento Urbano e Regional” levada a cabo pelo governo estadual. “Atenuar os desequilíbrios regionais do Estado” é argumento que se encontra em abundância no referido programa. Examinando-se mais detidamente, percebe-se que a Região Metropolitana de São Paulo - então já constituída institucionalmente - é considerada “área de recuperação da qualidade de vida, vale dizer, de **contenção** dos agentes que determinam a deterioração crescente do ambiente metropolitano”⁶. A concepção acerca do processo de urbanização e industrialização que se verifica em São Paulo se explicita nas conclusões do item sobre “as tendências de descentralização e desconcentração industrial”:

“(…) a ocorrência de um fenômeno nacional de concentração industrial em São Paulo não só resultou das características históricas específicas do Estado, como também representou uma tendência espontânea do sistema econômico em desenvolvimento no País. A Região Metropolitana paulista comandou o processo de concentração em âmbito

estadual e nacional, permitindo elevadas taxas de rentabilidade do capital, exercendo, conseqüentemente, maior força de atração para os investimentos industriais. Contudo, as economias externas - disponibilidade de força de trabalho especializada, infra-estrutura sofisticada de serviços técnicos, financeiros e comerciais, mercado de consumo poderoso, etc. - propiciadas por uma metrópole de quase 14 milhões de habitantes, vêm sendo descompensadas pelo surgimento de ‘deseconomias’ decorrentes do crescimento vertiginoso e desordenado”⁷.

Este exemplo fortuito, que não é sequer dos mais expressivos em termos de atuação do Estado na urbanização, é interessante, porém, por ser revelador do sentido que o Estado dá à sua atuação quando se trata de um espaço concreto. Neste nível o pacto político que lastrea o Estado tem importância fundamental para o deciframento das estratégias escolhidas. No caso específico, o relevante encontra-se menos no decantado “crescimento vertiginoso e desordenado” que na ordem evocada. Não se trata de uma ordem em abstrato, mas de restaurar uma ordem que está sendo abalada: restituir uma urbanização - que entra a título de “economias externas”; de uma *industrial atmosphere* de inspiração marshalliana - propiciadora das elevadas taxas de rentabilidade do capital, aparentemente denunciadas.

Seria possível, mas inútil, enumerar outros exemplos que nos fornecessem indícios acerca das raízes desse triste saber conceitual que alimenta as formulações dos que se ocupam em tentar conferir uma lógica formal ao espaço, ao

ângulo vertical em concreto que esconde a lata de lixo e a garrafa do leite”, o autor derrama-se em considerações laudatórias, como esta:

“Fresh Meadows talvez seja o exemplo mais positivo e feliz de planejamento em larga escala de uma comunidade, neste país. Para compreender tudo o que existe sobre planejamento de cidades nos últimos trinta anos, tanto nos Estados Unidos como na Europa, basta examinar as articulações desse projeto e observar como contribui para o conforto e satisfação estética de seus habitantes, desde a hora em que acordam de manhã após uma noite tranqüila, e deixam as crianças pequenas nos gramados atrás das casas - onde brincam em segurança na grama, enquanto as mães fazem compras no centro de abastecimento próximo - até que todo o mundo vai dormir novamente.” (MUNFORD, Lewis. *Arquitetura, urbanismo e construção*, p.18/19).

(6) SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Cidades médias e desenvolvimento industrial: uma proposta de descentralização metropolitana*, p.6, ênfase dos autores.

(7) *Ibid.*, p.11/12.

processo de produção do espaço, tido como contraditório, portanto (no domínio da lógica formal) irracional. Em textos dessa natureza apenas iremos encontrar fragmentos de pensamentos mais vigorosos, estropeados ao serem transformados em ideologias legitimadoras das mais terríveis racionalidades levadas a termo sob o signo da razão.

A INSPIRAÇÃO POSITIVISTA DA ORDEM...

Sem dúvida, é em Hegel que a lógica nascida na Grécia atinge seu ponto mais elevado⁸, mas é em Auguste Comte que se encontra uma das mais claras expressões de um pensamento fortemente atrelado à racionalidade emergente e prevalecente pela ordem já constituída. Sua devoção à ordem requerida pela “vida industrial” está intimamente ligada à apologia da “ascendência universal do espírito positivo”, definido como o único suscetível de assegurá-la contra os efeitos funestos das filosofias antiindustriais⁹.

Já nos seus antecessores essa postura de enfática defesa do mundo da indústria moderna se esboçava¹⁰. No entanto, em Auguste Comte a vulgarização da lógica e a subserviência da ciência atingem o seu ponto mais alto. É sobejamente conhecida a formulação comtiana dos três estados históricos - diferentes, opostos, e mutuamente excludentes - do conhecimento¹¹. Através dessa supostamente implacável lei, o fundador da física social propunha-se a definir não apenas em qual dos estados a razão reside e atinge a sua plenitude¹², mas também a concepção que dela se deve ter. São freqüentes as afirmações de Comte de que “a razão restringe cada vez mais o domínio anterior da imaginação”¹³, correspondente “à infância da Humanidade”, incompatível, por sua vez, com a “virilidade mental” relativa ao espírito positivo, “o estado verdadeiramente normal da razão humana”¹⁴, por vezes referido como o “estado da perfeição científica”.

É certo que já em Saint-Simon a defesa de uma ciência positiva do homem, na qual seja imperativa a neutralidade científica, isto é, a imunidade do conhecimento em relação aos “interesses e paixões perturbadores”, é contraposta à “infância da ciência”. Entretanto, o sentido dado pelo militante do socialismo utópico ao combate à “imaturidade” da ciência social é radicalmente diferente do que foi impresso pelo discípulo que o renegou¹⁵. Em Comte, o domínio “das ficções teológicas e das entidades metafísicas”, isto é, o terreno no qual se deram todas as anteriores conquistas

do conhecimento, alcançadas e acumuladas nas diferentes épocas da humanidade, é visto como impotente e ameaçador. As formas de conhecimento próprias da infância da

(8) “Ao cabo de dois mil anos, como Aristóteles, mas tendo em consideração o adquirido no curso da história, Hegel recenseia os termos (categorias) do discurso eficaz e mostra que eles se ligam num conjunto coerente: um saber, fonte e sentido (finalidade) de toda a consciência. Impessoal, o Logos nem por isso fica suspenso no ar. A Razão supõe um ‘sujeito’ que não seja um indivíduo qualquer, uma pessoa ou consciência accidental. Esta racionalidade encarna-se no homem de Estado e realiza-se no próprio Estado. De sorte que o Estado se situa no nível filosófico mais elevado, acima destas determinações eminentes: o saber e a consciência, o conceito e o sujeito. Envolve estas conquistas do desenvolvimento. Engloba mesmo logicamente, ou seja, numa coesão suprema, os resultados das lutas e das guerras, isto é, das **contradições históricas (dialéticas)**. O Estado, ‘sujeito’ filosófico absoluto em quem a racionalidade se encarna, encarna ele próprio a Idéia, isto é, a divindade.” (Lefebvre, Hegel, Marx, Nietzsche: ou o reino das sombras, p.15, primeira ênfase minha, as demais são do autor).

(9) COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*, passim.

(10) “O utopista francês, de quem Auguste Comte foi discípulo e secretário entre 1817 e 1824, idealizava a sociedade do futuro como uma espécie de Nação-Estado corporativa na qual os líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo. O termo *développement* no sentido forte de progresso material e social já comparece em Saint-Simon e no jovem Comte”. (BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*, p.273/274).

(11) “(...) o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, **cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto**: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo”. (COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*, p.4, ênfase minha).

(12) “(...) todas as nossas especulações, quaisquer que sejam elas, estão inevitavelmente sujeitas, quer no indivíduo, quer na espécie, e passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes (...). Embora de início indispensável em todos os aspectos, o primeiro estado deve doravante ser sempre concebido como puramente provisório e preparatório; o segundo, que constitui apenas uma modificação dissolvente do primeiro, nunca comporta senão uma simples distinção transitória a fim de conduzir gradualmente ao terceiro; **é neste estado, único plenamente normal, que consiste, em todos os gêneros, o regime definitivo da razão humana**”. (Auguste COMTE, *Discurso sobre o espírito positivo*, p.4/5, ênfase minha).

(13) *Ibid.*, p.7.

(14) *Ibid.*, p.49.

(15) LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, passim.

científico, são consideradas como “uma espécie de doença crônica”¹⁶, não apenas por constituírem-se em mera transição ao estado pretensamente definitivo do conhecimento, mas também (e esse é um dos motivos cruciais) porque inspiraram - em clara alusão ao antigo mestre - “utopias subversivas que vemos hoje propagar-se, seja contra a propriedade, seja contra a família”¹⁷.

Em verdade, a “virilidade mental” propalada por Comte não é outra coisa senão a esterilidade do pensamento pela renúncia ao conhecimento da essencialidade do mundo em favor da construção de uma poderosa ideologia¹⁸. Ademais, o positivismo comtiano, ao defender uma ciência agrilhoadada pela “previsão racional” a serviço da ordem e do progresso, que prescindia “da exploração direta dos fenômenos”¹⁹, contribuiu para ampliar, na expressão de Henri Lefebvre, o abismo que se cava entre o vivido e o concebido.

Não é por acaso que as elites brasileiras acalentaram, desde muito cedo, uma especial predileção pelo positivismo. A existência de uma gravura na qual aparece uma bandeira com a inscrição “ordem e progresso”, a divisa mais conhecida do positivismo, dezessete anos antes da República²⁰, que a consagraria, é bem significativa de que a influência do positivismo no Brasil é muito mais funda e encontra-se além do que foi imaginado ou desejado pelos alunos brasileiros de Augusto Comte na Escola Politécnica de Paris. Os termos atuais do debate político brasileiro, dominados, como bem demonstrou Alfredo Bosi, por uma cultura política já não mais anticapitalista, porque aceita todos os desdobramentos da modernidade, são altamente reveladores de que os vapores da pós-modernidade, anteriormente aludidos, não só impulsionam caldeiras por demais conhecidas, como são alentados por velhas posturas²¹.

(16) É o que se explicita nas considerações comtianas sobre o estado metafísico “que no fundo nada mais é do que simples modificação geral do primeiro (teológico)”. (COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*, p.4). “Radicalmente inconseqüente, esse espírito equívoco conserva todos os princípios fundamentais do sistema teológico (...) [que] se encontra inevitavelmente nesse grau de prolongamento abusivo, no qual tende a perpetuar indefinidamente o estado de infância que no início dirigira com tanta felicidade. (...) Pode-se pois finalmente encarar o estado metafísico como uma espécie de doença crônica, naturalmente inerente à nossa evolução mental, individual ou coletiva, entre a infância e a virilidade”. (COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*, p.12/13).

(17) COMTE, Auguste. *opus cit.*, p.64.

(18) “(...) a revolução mental que caracteriza a virilidade de nossa inteligência consiste essencialmente em substituir por toda parte a inacessível determinação das causas propriamente ditas pela simples busca das leis, isto é, das relações constantes que existem entre os fenômenos observados.” (Ibid., p.15, ênfase do autor).

“De fato, é ele [Auguste Comte] que inaugura a transmutação da visão de mundo positivista em ideologia, quer dizer, em sistema conceitual e axiológico que tende à defesa da ordem estabelecida.” (LÖWY, Michael. *opus cit.*, p.22).

(19) COMTE, Auguste. *opus cit.*, p.19, 23.

(20) “Nos demais jornais e revistas dos últimos decênios do século passado freqüentemente se encontram artigos influenciados pelo Positivismo. Assim, podemos ver, Na *Semana Ilustrada*, uma gravura onde o Conselheiro João Alfredo hasteia uma bandeira com a divisa *Ordem e Progresso*. Isto em 1872, dezessete anos antes da República.” (LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*, p.245).

(21) “A interpretação holística, que nos foi legada pelas Ciências Sociais no início dos anos 70, ou seja, a **teoria da dependência**, entrou em crise, tendo sido relativizada ou desertada pelos seus próprios criadores. Era uma variante latino-americana das doutrinas antiimperialistas na medida em que atava estreitamente o nosso subsenvolvimento ao desenvolvimento do Norte. A sua ênfase anticolonialista foi substituída por uma prioridade diversa, quando não oposta: é preciso olhar para dentro de cada nação e ‘pôr ordem em casa’. É um ideário que, dizendo-se abertamente social-democrata, ou evitando este rótulo por motivos ideológicos vários, acabou espalhando-se nas cabeças políticas da grande maioria dos intelectuais brasileiros, quer liberais, quer ex-esquerdistas.

Em termos descritivos, porém, a situação da América Latina, que a teoria da dependência analisava, não mudou dos anos 70 para o decênio atual; antes, piorou; o que mudou foi a sua interpretação e, daí, o teor dos projetos elaborados para sair da crise.” (BOSI, Alfredo. *opus cit.*, p.366/367).

“Produção em regime de competição seria a meta colimada pelo novo reformismo que já perdeu a paciência com visões utópicas e quer ver, o quanto antes, efeitos de uma **política de resultados**.”

(...) a social-democracia ainda é, ou se crê, bandeira de uma visão globalizante da sociedade pela qual o aumento da produção também deveria reverter-se em fator de equidade na hora h da distribuição. Esse ideal de sintonia entre industrialismo e justiça (seria indiscreto lembrar Saint-Simon e Comte?) exige uma regulação constante e alerta da descontinuidade social e requer de cada indivíduo a introjeção de razões supra-individuais; pede, numa palavra, uma **ordem-para-o-progresso**. (Ibid., p.369/370, ênfases do autor).

Vale ainda considerar que o teor dos debates é fortemente marcado pelo apelo à moralização das relações de toda ordem, no melhor estilo de Auguste Comte, para quem, na França dos anos 40 do século XIX, “(...) as principais dificuldades sociais não são hoje essencialmente políticas, mas sobretudo morais (...)” (COMTE, Auguste. *opus cit.*, p.56).

Mas o que interessa ressaltar aqui é o fato de que o positivismo no Brasil contribuiu para alicerçar teoricamente aquilo que Sérgio Buarque de Holanda viria a denominar de um secreto horror das elites à nossa dura e triste realidade²², que, naturalmente, forjou-se com componentes de outras extrações teóricas. É evidente, também que diante dos feitos logrados por tantos positivistas entusiastas, que tiveram atuação decisiva na redefinição de nossa realidade no final do século passado e início do atual, os seus porta-vozes se ergueriam²³.

Todavia, se a expressão maior do positivismo não cabe, obviamente, às atitudes aparentemente pitorescas, como as de um Benjamin Constant “que nunca votou, senão no último ano da monarquia. E isso mesmo, porque desejou servir a um amigo de família (...) [e que] sequer lia os jornais, tal a aversão que lhe inspirava nossa coisa pública”²⁴, é também claro que esse alheamento do real, cuja expressão mais límpida era a criação de um “mundo fora do mundo” de homens que se deleitavam, em seu amor às letras, com uma “realidade artificiosa e livresca”, ao mesmo tempo em que rejeitavam e deploravam a realidade do mundo às suas voltas, denunciava contornos da vida brasileira que iam ganhando definição.

O fato dessas “plantas de estufa” florescerem a partir de uma existência cidadina, que ganhava relevo em detrimento do velho mundo da nobreza agrária, qua até então as albergara, revela ao mesmo tempo a constituição das cidades como espaço privilegiado da abstração, e que a vazão a essa “evasão da realidade” era possibilitada, antes de mais nada, pela realidade concreta do trabalhar, que se instituiu fora da cidade, no mundo rural.

Daí que a influência decisiva do positivismo no Brasil não se decifra pelas manifestações rentes como as dos “amigos da página impressa” que procuravam viver uma realidade artificiosa e livresca, mas sim por fornecer elementos a uma ideologia que iria ganhar concretude pela ênfase na criação de um mundo altamente negador da realidade rural brasileira precedente. Obviamente que não se trata daquela dos “homens de solar”, mas sim a do trabalhador manual, das atividades desdenhadas porque consideradas vis, ignóbeis, ainda mais se recendentes a suor escravo.

Se os debates nos centros de decisão do Brasil pós-colonial foram predominadas pelos argumentos de um liberalismo que, com toda desfaçatez, invocava os teóricos do *laissez-faire* para velar pela manutenção e lutar pela exten-

são do trabalho escravo, os debates que os sucederam, já sob a égide do Segundo Império que desaguaria na Abolição e na República, desenlaçaram-se pela adoção de uma forma específica de trabalho livre, em substituição ao trabalho escravo, requerida pela economia cafeeira em crise pelas contradições representadas pelo escravismo que, ademais, provocou uma enorme produção de capital, impossível de ter sido alcançada pelo trabalho assalariado²⁵. Ainda que tais debates tenham sido marcados por argumentos em defesa da contratualidade nas relações de trabalho como um dos pilares de uma sociedade industrial almejada, onde pontificaram antinomias como progresso ou escravidão; positivismo ou evolucionismo; Comte ou Spencer²⁶, a forma social de renda capitalizada assumida pela propriedade territorial veio a demonstrar que essas e muitas outras oposições, longe de tornarem-se excludentes, combinaram-se contraditória e terrivelmente.

... E SUA IMPOSIÇÃO À URBANIZAÇÃO

Em verdade, o positivismo constituiu-se como um poderoso elo na conformação da armadura ideológica de um Estado alentado por preocupações providas das classes e frações de classes dominantes para as quais se impunha “recriar a realidade conforme seu gosto e arbítrio”²⁷, ou seja, varrer as idéias e valores de origem agrária nas quais o trabalhar era concebido como uma mácula. É sabido que tais preocupações se impuseram desde cedo para não apenas viabilizar o trabalho livre, mas também fazer com que ganhasse fôlego²⁸, mas elas também foram impostas em outros níveis da realidade que se redefinia.

(22) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*.

(23) “Diante da atuação de vários dentre os positivistas que acabam de ser citados, e de muitos outros a que tenho aludido no decorrer deste livro, como Pereira Barreto, Brandão Júnior, Júlio de Castilhos, João Pinheiro, Rondon e tantos outros, é justo dizer-se, de modo genérico, que os positivistas brasileiros têm **secreto horror à nossa realidade nacional?** (LINS, Ivan. *opus cit.*, p. 277, ênfase do autor).

(24) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *opus cit.*, p. 118.

(25) MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra, passim*.

(26) BOSI, Alfredo. *opus cit.*, p. 194-245.

(27) HOLANDA, Sérgio Buarque de. *opus cit.*, p. 122.

(28) “Mesmo antes da cessação do tráfico, já se desejava proibir que os imigrantes possuíssem escravos, para não deturpar o sentido esperado da imigração, isto é, a **reabilitação do trabalho**”. (CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 211, ênfase minha).

No terreno da urbanização, por exemplo, as preocupações das elites em romper com um passado ainda muito presente irromperam desde logo. As observações de Nestor Goulart Reis Filho a respeito da cidade de São Paulo são, nesse sentido, preciosas, e merecem ser mencionadas:

“Para uso das classes mais abastadas, nos anos seguintes a 1918, surgiram os ‘bairros-jardim’, sob a influência intelectual de esquemas estrangeiros (...).

Na prática, esses loteamentos, postos em voga em São Paulo pela Cia. City, ao transporem os esquemas ingleses da ‘cidade-jardim’, sofriram adaptações várias, reduzindo-se, na maioria das vezes, a um aperfeiçoamento do sistema viário e a uma reinterpretação, em termos de ‘paisagismo’, dos velhos lotes tradicionais. Desse modo subsistiam os jardins e recuos obrigatórios, mas desapareciam as áreas de uso comum, de grande importância nos planos dos estrangeiros.

Nas residências, a grande transformação era a oportunidade de afastamento em relação a todos os limites dos lotes. (...).

Um pouco mais afastadas em um dos lados e nos fundos, as residências mais amplas guardavam, todavia, sinais das antigas chácaras. Não eram apenas as garagens tratadas como cocheiras. Vestígios de pomares e hortas e de criações de animais de pequeno porte denunciavam a existência de um passado rural muito recente (...).

(...) Os fundos e, por vezes, a lateral mais estreita, como áreas de serviço, eram locais de completa desvalorização social, verdadeiro desprestígio, quase tabu, herdado dos tempos em que ali estariam os escravos e acomodando agora os filhos daqueles. Algumas senhoras mais ricas, podendo manter ‘governantas’, geralmente alemã ou francesa, lá não apareciam, quando muito deixando-se chegar à copa, em busca d’água. (...) Transferiram-se mesmo para essas casas as antigas preocupações de fachadismo, traduzindo-se em rebuscamentos de ordem decorativa as preocupações de oferecer ao passante uma noção exagerada da importância da posição social dos proprietários.

(...).

(...) Esse formalismo estendia-se ao tipo e forma de organização do jardim, onde apareciam as plantas em voga, geralmente de origem européia (...).

(...) Só mesmo nos casos do mais extremado ‘mau gosto’ e descaso arquitetônico é que o visitante poderia divisar

um tanque, um balde ou, entre as plantas, um mamoeiro, um pé de couve ou uma touceira de mato, como barba-de-bode. Mesmo as árvores frutíferas, se não estivessem situadas em local devidamente caracterizado, tinham um significado de ruralidade e, entre as pessoas de hábitos refinados, eram toleradas apenas em consideração aos sentimentos do dono da casa, um fazendeiro, cujos hábitos e saudades cumpria não contrariar. (...) Por isso mesmo, o local adequado para essas coisas comprometidas com o mundo rural, com a intimidade e com os resquícios da escravidão, seria não dos lados, mas nos fundos, onde os olhos críticos das visitas e dos passantes não tivessem a mais leve oportunidade de condenação aos costumes do proprietário”²⁹.

A rigor, o corolário arquitetônico dos esforços no sentido de arremessar aos porões da História a barbárie do escravismo possuía antecedentes nas pretensões das oligarquias rurais em alcançar, nos trópicos, uma existência que conferisse uma aparência de civilizada a uma sociedade sem compromissos com a civilização. O neoclássico introduzido por D. João VI através da missão cultural francesa veio atender aos anseios de escamotear a rusticidade colonial na qual se encontrava imersa a oligarquia. A construção de uma vida postiça, obtida através da importação de “louças, móveis, papéis de parede, cristais, jardineiros, tapeçarias, pianos, professores de piano, roupas, governantes, literatura, música, pintura, água mineral de Vichy, manteiga e arquitetos”³⁰, compunha um simulacro - ancestral da irrealdade cotidiana visitada por Umberto Eco - levado às raias do absurdo³¹.

O desdobramento disso, nas cidades, foi o de uma urbanização também decalcada, sem urbanidade, cuja preo-

As pessoas que passaram a trabalhar com as mãos ao lado dos escravos, muitas vezes, ou em substituição aos escravos, eram tratadas de maneira discriminatória, sofreram discriminação por trabalhar com as mãos. Mas foram os imigrantes italianos, alemães, portugueses, espanhóis e outros que, trabalhando concretamente na fazenda de café ou nas colônias, em atividades agrícolas, artesanais, ou na indústria, por assim dizer, deram uma nova definição do trabalho, isto é, conferiram ao trabalho uma outra conceituação social”. (IANNI, Octávio. *Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana*, p. 17)

(29) REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*, p. 71-74.

(30) *Ibid.*, p. 118/119.

(31) “A cultura do café, como fator de concentração de riqueza, contribuía para transformar as residências das grandes propriedades rurais em centros de intensa vida social. (...).

As transformações arquitetônicas limitavam-se porém às superfícies. Os papéis decorativos importados da Europa ou as

cupação maior era a de soterrar raízes rurais ainda muito expostas. A contraposição aos ranços de um neoclassicismo descontextualizado, feita no âmbito da emergência da arquitetura moderna nos anos 20 e 30, iria apelar fervorosamente à lógica e à razão³². É sempre bom lembrar, porém, que não se trata de evocações abstratas, mas de uma retomada de propostas cujo horizonte era o da integração do país ao plano da civilização industrial-burguesa ocidental. A presença de um Roberto Simonsen em tal contexto histórico, por exemplo, não pode ser entendida no plano de um mero personagem, mas sim no de “persona”³³.

Todavia, esses apelos à lógica e à razão (presentes não apenas na arquitetura), carregam virtualmente, a meu ver, uma interpretação redutora da urbanização, haja vista que subrepticamente apontam um caráter pré-lógico e irracional do que se pôs anteriormente. Além disso, podem oferecer um entendimento de que a urbanização, que se consumava e que se aceleraria a partir desse momento histórico sob os desígnios da ordem da industrialização, estaria depurada das contradições que se aninharam fundamente na realidade brasileira, sobretudo aquelas engendradas no processo de substituição do trabalho cativo pelo livre.

ARUPTURA DA CIDADE E O ESPECTRO DA ORDEM METROPOLITANA EM SÃO PAULO: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

A cidade de São Paulo é exemplarmente representativa de que muitas vezes a fachada da racionalização procura ocultar a velha cara carrancuda do poder que advoga uma ordem ameaçadora.

Com efeito, os prenúncios da conformação da metrópole de São Paulo, dados nos últimos dois decênios do século XIX pelo avanço da incorporação de áreas para as quais se dava um uso rural ao corpo da então pequena cidade, resultaram de um crescimento econômico acelerado, fundado inicialmente na economia cafeeira, cujo grande impulso remonta a esse período, e, posteriormente, na industrialização, que veio a sucedê-la como epicentro da urbanização no século XX, fazendo dela seu sentido e finalidade, como têm demonstrado, farta e exaustivamente, diversos autores³⁴.

Desde os seus primórdios, porém, a urbanização carrega a marca da manipulação da renda fundiária urbana como possibilidade de formação de capital, e é a este processo,

quase sempre negligenciado, que está vinculada parcela significativa das transformações verificadas na cidade de São Paulo, bem como nas suas circunvizinhanças.

pinturas eram aplicados sobre as paredes de terra, socada pelos escravos, com o objetivo de criar a ilusão de um espaço novo, semelhante aos interiores das habitações dos países europeus. Em certos exemplos o fingimento atingia o absurdo: pintavam-se motivos arquitetônicos greco-romanos - pilastras, arquitraves, colunatas, frisos etc. - com perfeição de perspectiva e sombreamento, sugerindo uma ambientação neoclássica jamais realizável com as técnicas e materiais disponíveis no local. Em outros, pintavam-se janelas nas paredes, com vistas sobre ambientes do Rio de Janeiro ou da Europa, sugerindo um exterior longínquo, certamente diverso do real, das senzalas, escravos e terreiros de serviço. (...)

Mais do que nas cidades, estava presente o horror pela paisagem tropical, que era expresso pela ausência dos alpendres e pelas janelas pintadas, nas paredes, com vistas mais ‘civilizadas’. Por isso mesmo, os jardins, tão comuns, eram sempre como os da Capital, de plantas européias, com roseiras e craveiros protegidos do exterior por meio de muros elevados.” (Ibid., p.130-134).

(32) “(...) nada de mascarar a estrutura do edifício para conseguir efeitos que no mais das vezes são desproporcionados ao fim, e que constituem sempre uma coisa falsa e artificial”. (LEVI, Rino. *A arquitetura e estética das cidades*, p.21).

“É uma monstruosidade estética!, exclamou, sobre as fachadas postizas, Gregori Warchavchik, russo naturalizado brasileiro, trazido ao Brasil (como Rino Levi), por Roberto Simonsen (então diretor da Companhia Construtora de Santos), e considerado a grande figura do movimento moderno na arquitetura da década de 1920-30. “Warchavchik concitava o arquiteto a amar a sua época e a se orientar pela lógica e a razão.” (SANTOS, Paulo e WARCHAVCHIK, Gregori. p.355/356). Nas letras do próprio Warchavchik: “A nossa arquitetura deve ser apenas racional, deve basear-se apenas na lógica e esta lógica devemos opô-la aos que estão procurando por força imitar na construção algum estilo.” (WARCHAVCHIK, Gregori. *Acerca da arquitetura moderna*, p.25).

(33) Utilizo o termo no sentido a ele atribuído por Karl Marx, isto é, o de personificação de relações sociais, da representação dos interesses de classes e frações de classes sociais. Marx e Engels esclareceram, há muito tempo, que os indivíduos são criaturas de condições criadas pelo Homem social e historicamente, por mais que, subjetivamente, se julguem acima delas. (Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *A sagrada família ou crítica da crítica crítica, contra Bruno Bauer e seus seguidores*).

(34) Já anotara Caio Prado Júnior que a transformação da cidade de São Paulo em metrópole foi obra de indústria “que nesta região a mais desenvolvida e próspera do país, escolhe justamente a cidade de São Paulo por centro principal.” (PRADO JÚNIOR, Caio. *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo*, p.129).

Não são poucos os autores que se referiram a esse processo de expansão inaudita da cidade como algo desordenado e caótico, numa palavra: sem controle³⁵. Os ecos mais recentes desse entendimento já foram mencionados anteriormente. Não obstante, as grandes transformações que se verificaram em São Paulo no final do século XIX são um marco num processo cujo conteúdo passa a ser o estabelecimento de relações que vão ganhando um caráter crescentemente abstrato e impessoal. **Até então, porém, não se pode afirmar que a cidade ganhara existência sem nenhuma ordem.** É nos textos dos mesmos estudiosos que se referem a um crescimento desordenado da cidade que é possível encontrar preciosas indicações e narrativas a respeito de um universo preenchido por relações diretas e pessoais, pela imediaticidade do que Henri Lefebvre viria a denominar de **ordem próxima**, onde as relações vicinais ocupam posições relevantes, precisando e monitorando a própria existência dos indivíduos, a tal ponto que os de fora, os estranhos, surgiam como algo extraordinário na vida da cidade³⁶.

De fato, quando alguns autores falam, por exemplo, a respeito do histórico Triângulo formado pelas atuais ruas XV de Novembro, Direita e São Bento, onde o núcleo de São Paulo nasceu, fazem referências às ruas como extensões literais das casas. Paulo Cursino de Moura diz, irrevêntemente, que o Triângulo de triângulo só tem o nome, mas é a partir dali que se pode entender o início da vida da cidade.

“A formação foi natural. Nem de compasso ou de esquadro se utilizaram, confeccionando esse triângulo memorável que deveria passar à posteridade. (...)”

Para a formação de uma rua, primeiro fazem os pés dos viandantes o trilho, risco de terra batida na grama, nesse lugar completamente estéril, por entre ‘avenidas’ de ‘barba de bode’.

Depois vem o caminho. Aí a enxada trabalhou. Os cupins foram destruídos, o mato foi cortado e a gente tem a impressão de agradável bem-estar pisando terra fofa, como tapete, sem perigo de cobras ou de ‘mal casados’.

Mais tarde, a estrada. Com nome, com cerca, com algum pedaço de muro, com duas ou três casas, com a venda na encruzilhada.

Finalmente surge a rua. A cidade, então, já tem Câmara Municipal, já tem vigário, já a igreja, no meio do pátio (...). Nesta fase da construção do urbanismo, a rua é como uma dependência da casa ou do quintal da casa. É jardim,

é curral, é lavábulo, é enxurro de necessidades. Ali, aos três e aos quatro formam-se os grupos, onde a tagarelice transborda afiada, venenosa. Nas calçadas de tijolos ou

(35) “Aberturas de avenidas e de ruas, construções, loteamentos, tudo isto testemunha suficientemente o crescimento súbito de São Paulo. Mas iríamos procurar em vão um plano de conjunto, uma vontade bem determinada, ou uma direção administrativa capaz de impor sua vontade, de traçar as linhas mestras da nova cidade e de legislar utilmente. **A expansão do povoamento urbano fez-se sem ordem** e no melhor dos interesses imediatos dos particulares, exatamente como a expansão do povoamento rural. O que eram com efeito esses loteamentos e que eram os loteadores? **Na maioria das vezes, os novos bairros nasceram ao acaso.**” (MONBEIG, Pierre. *La croissance de la ville de São Paulo*, p.39, ênfases minhas).

“**Sua estrutura urbana, todavia, é irregular e desordenada.** Salvo quanto a certos trechos da área central e nuns poucos bairros, nenhum plano urbanístico norteou ou disciplinou seu espantoso crescimento. As sucessivas administrações municipais não conseguiram acompanhar o ininterrupto desenvolvimento da cidade. Os loteamentos modernos, embora isoladamente, atendam aos requisitos do urbanismo, assim não se apresentam quando consideradas no conjunto, pois acabam por constituir uma verdadeira colcha de retalhos, sem nenhuma harmonia ou entrosamento.” (PETRONE, Pasquele. *São Paulo no século XX*, p.153, ênfase minha).

(36) “Mawe, sempre tão benevolente em suas narrativa, se impressionou com a curiosidade com que era observado pelos paulistanos, pouco habituados a ver estrangeiros.” (LANGENBUCH, Jürgen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo de Geografia urbana*, p.72).

“(…) em tempos mais antigos, qualquer vadio sabia quando entrava na cidade pela rua do Piques um carregamento de açúcar vindo de Itu em mulas. Mesmo a visita de um estrangeiro era publicamente registrada: a chegada de Mawe em 1807 atraiu uma chusma de crianças (...).” (MORSE, Richard M. *De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo*, p.23).

“Da cidade dos fazendeiros para a dos imigrantes houve apenas um pequeno lapso de tempo. Nitidamente perceptível para nós, historiadores, mas para aqueles que vivenciaram a transformação, súbito e intempestivo. os textos nos falam de ‘**novos ambientes**’ da cidade, que, na verdade, estavam chegando desde o último quartel de século, mas que só nos anos novecentos transformaram-se em objeto ameaçador. A cidade dos imigrantes é descrita como assustadora, diferente da outrora. como homens ‘**gritadores, violentos e criminosos**’.” (GLEZER, Raquel. *Visões de São Paulo*, p. 171, ênfases da autora).

As contradições que se gestavam entre as relações do vicinato e os estranhos foram também anotadas num estudo de Florestan Fernandes que se tornou célebre, a respeito das “**trocinhas**” do Bom Retiro, na primeira metade do século atual. Diz o autor: “A condição básica para a formação das “**trocinhas**” é a vizinhança.” “(…) os indivíduos em interação pertencem todos ao grupo vicinal. **Só dificilmente são aceitos os advenas.**” (FERNANDES, Florestan. *As “trocinhas” do Bom Retiro*, p.24/25, ênfase minha).

de pedras largas e toscas, enfileiram-se as cadeiras, assim como uma arquibancada para os espetáculos de todos os dias. (...) A rua é tudo... e a rua se forma assim. Assim se forma a cidade. Quantas há, nesta fase inicial, por aí agora!

Na quadra em que São Paulo circunscreveu o Triângulo, as suas ruas não foram medidas. Nasceram naturalmente, espontaneamente, como nascem todas as ruas (...)³⁷.

Tal ordem de relações, que se exprimia na própria denominação dada às ruas³⁸, fora produzida e definida num âmbito em que a mediação do dinheiro ocupava lugar periférico na vida da cidade. Existem pródigas afirmações sobre a sua quase total ausência³⁹, o que é essencial para entender a estruturação de relações sociais que sequer chegou a ser rompida pelo desenvolvimento de circuitos de riqueza propiciados pela lavoura canavieira, no início do século passado. Mas um aspecto talvez ainda mais essencial na definição da natureza de tais relações seja o da permanência do bilingüismo tupi-português durante um bom tempo em São Paulo⁴⁰, bem como o fato do “falar caipira” ter sido nitidamente prevaemente até o final do século passado, para desespero da elite, que se via irremediavelmente “contaminada” por ele⁴¹.

Em suma, são inúmeras as referências com relação às raízes rurais que fundam uma “civilização rústica”⁴², outrora hegemônica, em São Paulo. Isso não significa que mediações de outra ordem estivessem ausentes da vida da cidade⁴³. Mesmo em épocas mais recuadas, em que pese o fato do crescimento incipiente, mas espontâneo, de São Paulo (que perdurou até o final dos anos 60 do século XIX) ser revelador da posição marginal que ocupara nos programas de urbanização vigentes, a produção do espaço não estava alheia ao controle e à disposição do Estado não laicizado. O percurso na legislação eclesiástica revelará que as prescrições medievo-renascentistas portuguesas se debruçaram, ainda que não tão pesadamente quanto em outras localidades tidas como mais relevantes, também em São Paulo⁴⁴.

(37) MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora (evocações da metrópole)*, p.19-22.

(38) “Beco da Cachaça, Beco do Sapo, Rua do Jogo da Bola, Beco dos Cornos”(MORSE, Richard. *opus cit.*, p.26).

Na planta da cidade de São Paulo elaborada pelo engenheiro civil C. A. Bresser, de 1841, pude identificar a Rua do Jogo da Bola como correspondente à atual Rua Benjamin Constant, antiga Rua da Princeza; já o Beco do Sapo corresponderia, ao que parece, às proximidades da atual Praça do Correio, portanto próxima ao rio Anhangabaú, ou melhor, Inhangabahú. (COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO, *São Paulo antigo: plantas da cidade*).

(39) “Esta jovem capital de uma região mineira era pobre: várias vezes faltava moeda e as relações comerciais reduziam-se à troca de mercadorias.” (MONBEIG, Pierre. *opus cit.*, p.19).

Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, refere-se às diversas formas de pagamento que se estabelecia em São Paulo, “terra de numerário escasso”. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteira*, p. 262), bem como aos transtornos provocados às famílias mais pobres pela tradição paulistana de que, nos enterros, a família do morto distribuisse círios ou tochas a todos os acompanhantes, uma vez que as velas simples, círios de confraria, brandões, candeias de iluminar ou tochas de enterramento utilizados nas cerimônias religiosas ou fúnebres eram produzidos a partir de cera de abelhas, que servia também “como instrumento de permuta, ‘moeda da terra’, segundo a expressão da época, o que se deve certamente à sua importância econômica e ao fato de ser gênero que padece pouca corrupção.” (Ibid., p.59). Por conta disso, “(...) muitos se viam obrigados a vender ou empenhar seus bens para a compra de cera, quando não quisessem enterrar ocultamente os defuntos, embrulhando-se em rédes e conduzindo-os assim aos adros ou igrejas.”(Ibid., p.61). Menciona também o autor “o emprego do couro como ‘dinheiro da terra’, atestado em numerosos textos da época, ao lado do açúcar, da cera, dos panos de algodão (...)” (Ibid., p.85).

(40) HOLANDA, Sérgio Buarque de., *opus cit.*, p.183/184.

(41) “Tivemos, até cerca de vinte e cinco a trinta anos atrás, um dialecto bem pronunciado, no território da antiga província de S. Paulo. É de todos sabido que o nosso falar *caipira* (...) dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência.

Foi o que criou aos paulistas, há já bastante tempo, a fama de corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem. Quando se tratou, no Senado do Império, de criar os cursos jurídicos no Brasil, tendo-se proposto São Paulo para sede de um deles, houve quem alegasse contra isto o linguajar dos naturais que inconvenientemente contaminaria os futuros bacharéis, oriundos de diferentes circunscrições do país...” (AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipira*, p.11/12).

(42) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*, passim.

A representação cartográfica da cidade elaborada em 1868, na Planta da cidade de São Paulo, atribuída a Carlos Rath, por exemplo, tinha sua escala em braças, uma nítida referência às concepções de espaço herdadas do mundo rural. (COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DE SÃO PAULO, *opus cit.*)

(43) Estou procurando trabalhar aqui com a noção de Henri Lefebvre de entendimento da cidade como “mediação entre as mediações”, isto é, a de uma realidade situada “a meio caminho disto que se denomina de *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos vastos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre si) e a *ordem longínqua*, aquela da sociedade, regulada por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma ‘cultura’ e por conjuntos significantes.” (LEFEVRE, Henri. *Le droit à la ville*, p.54).

(44) REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*, passim.

Mas é efetivamente nos últimos decênios do século passado que começam a aparecer modificações de inegável vultosidade no espaço próprio da cidade. Invocadas e embebidas na noção ideológica de progresso que ia se difundindo. Muitas delas já se faziam necessárias, tendo sido, inclusive, propostas em momentos anteriores, mas não sendo concretizadas por conta das dificuldades na obtenção de recursos financeiros por parte do poder público. Tal é o caso da drenagem da várzea do Carmo e da retificação do Tamanduateí, por, exemplo, empreendimento dos mais expressivos na redefinição da cidade⁴⁵.

Não era raro, por exemplo, que a população fosse diretamente engajada na consecução de obras e prestação de serviços. Até essa época a cidade não contava com o funcionamento de serviços elementares. A abertura e conservação de estradas eram feitas em grande parte com a renda proveniente do “imposto de barreiras”⁴⁶; os incêndios eram anunciados pelos sinos da igreja, sendo enfrentados por uma brigada de fogo composta de “homens livres, escravos, estrangeiros, autoridades, até mulheres - e vendedoras com a água potável que planejavam vender nas ruas no dia seguinte a 40 réis o tonel”⁴⁷. A presença destes últimos denuncia a escassez de água, e foi somente no final do século, quando o reservatório da Consolação foi concluído, que os incêndios passaram a ser alvo de um corpo de bombeiros já constituído⁴⁸. Também a iluminação pública demorou para deixar de ser auxiliada pelo luar⁴⁹; os cemitérios públicos tardiamente suplantaram as igrejas como local de sepultamento⁵⁰; e a força funcionou durante o século como instrumento de execução de condenados⁵¹.

Quando se dá o aceleração das transformações no espaço da cidade, porém, ela já abrigava as possibilidades e as contradições geradas no interior da reprodução social determinada pelos circuitos de valorização da economia cafeeira, como a configuração de um mercado de terras no

(45) “Por volta de 1820 e ainda por várias décadas depois, a cidade ficava periodicamente isolada com a enchente de seus dois rios próximos. O sinuoso Tamanduateí, inundando a várzea do Carmo, infligia à cidade ‘nevoeiros inoportunos, umidades, defluxos, reumatismos’, privando-a também de terras produtivas. Não havia fundos e facilidades governamentais para a retificação e canalização do rio. E assim, alguns cidadãos ‘voluntariamente e com ardor concorrerão para a utilíssima obra do dessecamento da várzea do Carmo.’ (MORSE, Richard M. *opus cit.*, p.27).

“Em 1835 a Assembléia pedia aflita ‘se sabia se existe alguma planta ou esclarecimento sobre a possibilidade e vantagens de

se encanar ou mudar o rio Tamanduatehy pelo Braz ou outro lugar; igualmente se existe alguns instrumentos de mathematica ou Phisica de que se possa lançar mão para qualquer obra phisica ou topographica’. Dois anos mais tarde a Câmara ainda requeria ao legislativo que destinasse fundos para a drenagem da várzea do Carmo.” (Ibid., p.72).

“Nada ali relembra o São Paulo de há meio século, a não ser a tradição do Rio Tamanduateí que eternamente desliza nos seus vários leitos que a mão do homem tem mudado conforme as necessidades, até morrer sepultado, como sucedeu ao Anhangabaú. (...).

Exatamente onde hoje se desenvolve a Rua Vinte e Cinco de Março correu o Tamanduateí, descrevendo no seu ziguezague, sete voltas apertadas, antes da primeira retificação de 1848, desde a velha Ponte do Carmo, até a rampa e gradil da Rua Florêncio de Abreu. Acompanhando as sete curvas, o caminho serpentava por entre brejos e atoleiros. (...).

A primeira retificação do Rio Tamanduateí foi realizada no governo do Conselheiro Pires da Mota, entre 1848 e 1851, desaparecendo as sete voltas com a mudança do leito para a direita da sua corrente. A segunda e última retificação, como atualmente se encontra, teve início no governo do dr. Bernardino de Campos, em 1896, e terminou no governo do Conselheiro Rodrigues Alves, conforme mensagem deste presidente em 14 de julho de 1915, sendo construído o canal do Tamanduateí até sua foz no Tietê, no lugar denominado ‘Cagão’”. (MOURA, Paulo Cursino de. *opus cit.*, p.178-180).

(46) “Especialmente para mostrar quanto eram então escassos os recursos financeiros basta dizer que pela lei do orçamento provincial para 1835, ano imediato ao da promulgação do Acto Adicional, a receita era orçada em 243:700\$000, ahi comprehendida a renda de 68:200\$000 proveniente do imposto de barreiras, cobrado nas estradas, cujo producto constituia toda a verba disponivel para a construção e custeio das vias de comunicação da Provincia.(...).

A taxa estabelecida era de trezentos réis por cada animal vaccum desocupado ou puxando carro de eixo móvel, de duzentos réis puxando carro ou outro qualquer vehiculo d eixo fixo, de duzentos réis por cada animal muar, cavallar ou suino, de cem réis por qualquer outro quadrupede, e de quarenta réis por cada pessoa a pé.” (PINTO, Adolpho Augusto. *História da viação pública de São Paulo*, p.253/4).

(47) MORSE, Richard M. *opus cit.*, p.27.

(48) Ibid., p.130/131, 193.

(49) Ibid., p.72, 130, 193.

(50) “Em 1829 a Câmara resolveu confiar a D. P. Müller o projeto de um cemitério distante de qualquer residência. Mais tarde, um deputado provincial solicitou à Assembléia que pusesse fim à ‘prática supersticiosa e offensiva’ de sepultamento nas igrejas, providenciando cemitérios públicos em todas as cidades, onde os corpos pudessem ser enterrados a 7 palmos de profundidade, 1 ½ palmos de separação. Mas a comissão encarregada logo comunicou não haver meios praticáveis de burlar o costume, que tinha a protegê-lo uma lei nacional”. (Ibid., p.73).

(51) MOURA, Paulo Cursino de. *opus cit.*, p.119-125.

qual se instalaram mecanismos de produção de capital, processo quase sempre negligenciado, como já mencionei. Não vejamos.

Facilitada pela construção, em 1892, do Viaduto do Chá, e em 1896 do Viaduto Santa Efigênia, a cidade passava a incorporar as terras nas quais a vida já se desenvolvia em sua função, apesar de constituírem-se como chácaras. Os limites do histórico Triângulo alargavam-se com a progressiva “perda de importância das distâncias”⁵². Enfim, o final do século XIX é assinalado como o momento em que se observam grandes transformações na cidade, provocadas por “uma expansão do espaço urbano sobre as áreas rurais contíguas, que passaram assim a integrar cidade. (...) O loteamento das chácaras originava os novos bairros que surgiam”⁵³. “A abertura de novas ruas e o alargamento das antigas envolvia muitas desapropriações e demolições de velhos prédios”⁵⁴. O poder público já dispunha de legislação específica para disciplinar tal expansão, contudo seu caráter era entendido como caótico, desordenado, não planejado.

“O caráter rápido, não planejado e explorativo da expansão fez com que se encontrassem e interpenetrassem, contra toda expectativa, áreas industriais, comerciais e residenciais da classe alta e da classe baixa. O anúncio seguinte, (Correio Paulistano, 30 de março de 1886), mostra como se poderia introduzir entre residências de classe alta uma pensão ou o prédio de uma pequena indústria:

CHÁCARA

Vende-se ou arrenda-se a pittoresca chácara Helvetia, situada nos Campos Elyseos Paulistano, em comunicação imediata com quatro ruas mais frequentadas, e fazendo frente a rua de Santa Efigenia, os bonês à porta, com casa de morada espaçosa para numerosa família, ou servindo para hotel, casa de saúde ou collegio ou para qualquer estabelecimento industrial, grande quintal plantado com arvoredo europeu e indígena, horta e capinzal. Encanamento d'agua da Cantareira”⁵⁵.

Richard Morse relata nada mais que o resultado de uma estratégia de classe utilizada pela burguesia na produção do espaço urbano. A segregação espacial que se tornava nítida, através da constituição de bairros como os de Campos Elíseos e Higienópolis, para onde a elite passou a se deslocar ainda no final do século passado, deixando o centro como local de negócios e concentração de cortiços, trazia a marca da manipulação da renda fundiária urbana como possibilidade de formação de capital a que estão ligadas as grandes transformações na cidade. O caso dos ale-

mães Glette e Nothmann, idealizadores dos referidos bairros é exemplar a este respeito.

“Um alemão, Frederico Glette, adquiriu em 1879 extensa chácara a oeste do centro, no bairro dos Campos Elíseos. Depois de traçar mais de uma dúzia de ruas, ao custo de 100 contos, vendeu os lotes com um lucro igual a oito vezes essa soma. M. Burchard, outro alemão e sócio de Vítor Nothmann, também se dedicou à propriedade imobiliária nessa zona e abriu a avenida que atravessa o aristocrático bairro de Higienópolis”⁵⁶.

(...) os Campos Elíseos, antigamente [era] conhecido por Campo Redondo.

Era uma faixa enorme de terreno. Abrangia parte da Luz, Bom-Retiro e da Barra-Funda.

(...)

Ao mesmo tempo que, dando o exemplo aos nativos moradores, retalhava o Campo Redondo, abrindo as ruas do bairro dos Campos Elíseos, e distribuía os ‘campos largados’ em imenso aranhol para o desenvolvimento da cidade, negociava indústrias e instalava latifúndios. O mesmo Viaduto do Chá, de ideação de Jules Martin, foi por ele empreitado, com o intuito de efetivar a obra grandiosa. Sem ele, o capital dele, quiçá, o viaduto seria um mito”⁵⁷.

A constituição de um mercado de terras na cidade, e a produção de capital que ela implicava, são um dos fundamentos das transformações verificadas na cidade de São Paulo a partir do fim do século XIX. Caio Prado Júnior, por exemplo, assinalou que “bairros que nasceram, em sua grande maioria, ao acaso, sem plano de conjunto; frutos da especulação de terrenos em ‘lotes e a prestações’, - [são] o maior veio de ouro que se descobriu nesta S. Paulo de Piratininga do séc. XX”⁵⁸.

(52) “A expansão da cidade já era de algum tempo auxiliada por um novo meio de transporte urbano, qual seja o bonde a tração animal. Sua primeira linha fora inaugurada em 1872, e ligava o Centro à estação da Luz, que já funcionava desde há cinco anos. As linhas multiplicaram-se rapidamente e em breve atingiam e ultrapassavam os pontos extremos da cidade: Moóca, Campos Elíseos, Santa Cecília, Consolação e Liberdade (até a esquina da rua São Joaquim). O serviço de bondes encerrava um espírito de pioneirismo, que fazia as linhas ultrapassarem os limites da área construída da cidade, fazendo seu ponto final pouco além.” (LANGEMBUCH, Jürgen Richard. *opus cit.*, p.80).

(53) *Ibid.*, p.79.

(54) MORSE, Richard M. *opus cit.*, p.192.

(55) *Ibid.*, p.198.

(56) MORSE, Richard M. *opus cit.*, p.197.

(57) MOURA, Paulo Cursino de. *opus cit.*, p. 281-288.

(58) JÚNIOR, Caio Prado. *opus cit.*, p.140.

Ora, “o fato de não existir um conjunto de condições ou normas para orientar os loteamentos, não significa que eles possam ter sido feitos ao acaso. Pelo contrário, por se tratar de terrenos muito valorizados, as leis de mercado devem ter operado em toda sua plenitude”⁵⁹. Não só devem ter operado como assim ocorreu. A própria autora ao analisar o fulcro da trama de operações de empresas imobiliárias, bem como da empresa canadense São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd., na cidade, demonstrou a concretização da lógica que contraditoriamente envolve produção e reprodução do capital⁶⁰. Já Jürgen Langenbuch demonstrara que a definição do espaço da cidade a partir desse momento era concebida pelas empresas imobiliárias segundo a intencionalidade de concentrar a renda fundiária em seu proveito, chegando a defini-la como uma “especulação imobiliária retalhista”⁶¹.

Dessa estratégia de “valorização” do espaço, isto é, da utilização da renda fundiária urbana como fonte de extração de uma fração da riqueza social, veio a nutrir-se também a indústria.

“(…) um dos capítulos fundamentais da história da industrialização e da acumulação de capital na área metropolitana de São Paulo foi o da manipulação da renda fundiária urbana como fonte de recursos. As primeiras indústrias muito cedo preferiram mudar-se para o que na época era campo, ou aí instalar-se, como a Moóca, Ipiranga, São Caetano, São Bernardo, Pirituba, Água Branca, Lapa e Barra Funda. Os que saíam do que foi se tornando centro de São Paulo podiam transformar a renda fundiária, representada pelo preço de seus imóveis, em capital aplicado em instalações e equipamentos. Ou, ainda, podiam poupar a conversão de capital em renda fundiária, estabelecendo-se em terrenos distantes do centro e de preço menor. Ou então podiam comprar mais terras do que precisavam para depois revendê-las e transformar a renda em capital (...).

No amplo espaço em que a indústria paulistana se desenvolveu, entre o final do século passado e as primeiras décadas deste século, não há limites abruptos separando o rural e o urbano. Fotos dessa época indicam com muita frequência as fábricas emolduradas pela vegetação dos sítios e roças, o terreno salpicado aqui e ali de casas operárias e casas camponesas”⁶².

A industrialização, ao fazer da urbanização seu sentido e finalidade, já está impregnada de contradições, como a da combinação entre formas modernas de produzir e utilização de formas arcaicas de acumulação. É sob essa combinação que a cidade pensa e ordena a si própria e as suas circunvizinhanças, os seus subúrbios, imputando-lhes um novo

caráter que o de simples componente rural do urbano. É nesse momento que se torna mais precisa a contradição entre a ordem próxima e a ordem longínqua. Contradição que se desenvolve na cidade e se estende aos subúrbios, ou seja, é “quando a ordem longínqua, aquela das relações (sociais) de produção à escala global, portanto, da sua reprodução, invade brutalmente as relações próximas (a vizinhança, a natureza em redor da cidade, à região, as ‘comunidades locais’, etc.)”⁶³.

O que fica patente, no curso da constituição do urbano (que certamente não se reduz a São Paulo), desde as transformações da cidade no século XIX, é a imposição de uma abstração que se afasta progressivamente do concreto, do natural, do imediato, da espontaneidade da vida. Esse

(59) SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*, p.34/35.

(60) “O seu tempo, por ser uma empresa, é o tempo da reprodução capitalista da riqueza, no entanto, as relações que estabeleceu com os proprietários ribeirinhos mostraram uma espoliação que não era propriamente uma reprodução capitalista, esta, a Light realizava nos circuitos da energia. No Pinheiros a Companhia pôde definir relações de propriedade fundadas na expropriação de terras aos moldes do que historicamente corresponde à própria formação de capital. Porque o tempo de grande parte da população ribeirinha era sobretudo o tempo de auto-reprodução da vida. Para muitos dos habitantes das várzeas, existiam olarias e chácaras com criação e hortas.” (Ibid., p.244/245).

(61) “(...) o processo engendrara uma especulação imobiliária, que repousava em grande parte na certeza de que os terrenos tinham sua valorização assegurada, em função do crescimento urbano. A especulação imobiliária, por sua vez, provocava sempre a aquisição de lotes visando apenas fins lucrativos, os quais consequentemente permanecem desocupados. Por outro lado, em função do espantoso crescimento da cidade, o comprador de lotes, mesmo afastados, seguramente tinha a consciência ou a impressão de que a cidade não tardaria a alcançar o local.” (LANGENBUCH, Jürgen Richard. *opus cit.*, p.83).

“Um capitalista disposto a arrear e a lotear a sua propriedade, ou a adquirir uma para tal fim, poderia contar com uma remuneração satisfatória. A rápida valorização fundiária poderia, pelo contrário, levá-lo a esperar mais algum tempo para fazê-lo. Uma política diferente seguida por proprietários vizinhos podia ser suficiente para explicar o surgimento de um loteamento circundado por áreas ainda não oferecidas à expansão urbana, ou - talvez mais propriamente - à especulação imobiliária retalhista.” (Ibid., p.85, ênfase minha).

(62) MARTINS, José de Souza. *Subúrbio*, p.177.

(63) LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme*, p.23.

mundo fora do mundo, que remonta à sociedade grega⁶⁴, e que se localiza, portanto, na gênese da cidade, vai se precisar e consolidar no Estado, no edifício político que define o racional e o irracional, a ordem e a desordem. Mais tarde, a disseminação do planejamento no Brasil veio a tornar flagrante que os espaços concretos das cidades tornadas metrôpoles são abstraídos para dar lugar aos espaços prescritos, onde está embutida uma programação da vida derivada da aplicação de um urbanismo promíscuo, carente de qualquer princípio, porque formulado segundo uma lógica derivada da abstração do espaço, sem nenhum compromisso com o conhecimento prático-sensível, subserviente a todas as contradições aninhadas fundamentalmente na realidade brasileira⁶⁵. Como se viu, esse abismo entre vivido e concebido, onde funda-se a própria industrialização, estabeleceu-se nos primórdios das transformações da cidade. Nada de caótico, de irracional, ou de ausência de lógica, portanto.

Enfim, no curso deste processo de produção de uma realidade urbana altamente complexa, cuja gênese procurei brevemente revisitar nestas páginas, o espectro da ordem exigida pela reprodução desta sociedade paira pesadamente sobre a cidade. Filiado às formas de racionalidade que se amalgamaram à industrialização, o foco da lógica que se direciona à cidade não tem outra estratégia: exaltar como racional a produção do espaço ligada a esta sociedade histórica que se quer perpetuar na História, nem que seja preciso, para isso, desdenhar, ou lançar à penumbra, o que não foi produzido sob o signo da razão, mas que nem por isso encontra-se desprovido de vínculos com as utopias de universalização do humano.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Amadeu. *O dialecto caipirá*. São Paulo, O Livro, 1920.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil*, 2a. edição, São Paulo, Nobel, 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, São Paulo, Difel, 1962.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva (primeira e segunda lições)*, São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- _____. *Discurso sobre o espírito positivo*, São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- COMISSÃO DO IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO, *São Paulo antigo: plantas da cidade*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- DELORENZO NETO, A. *A reorganização das áreas metropolitanas (urbanização e descentralização)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1972.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *A sagrada família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores*, São Paulo, Moraes, 1987.
- FERNANDES, Florestan. "As 'trocinhas' do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis." In: *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CXIII, ano XIII, São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1947.
- GLEZER, Raquel. "Visões de São Paulo". In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo, ANPHU/SÃO PAULO-MARCO ZERO-FAPESP, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957.
- _____. *Raízes do Brasil*, 26a. edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1994.
- IANNI, Octávio. "Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana". IN ISBIEP (Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas). *Imigração italiana: estudos*, Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Universidade de Caxias do Sul, 1979.

(64) LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*, p.166/167.

(65) Um caso realmente exemplar do que se afirmou é o das exigências constantes na legislação de São Paulo visando à não minimização dos efeitos bactericidas da insolação nas edificações. "Os raios de sol haviam sido descobertos como poderosos bactericidas através de seu agente ultravioleta e o então Serviço Sanitário, por meio de seu Código de 1911, já não só exigia rigor no afastamento da umidade emanada do solo, precaução já antiga, como também recomendava nas condições de saneamento que a orientação dos edifícios devesse 'visar, sempre que possível, a sua proteção contra os ventos úmidos' e fosse tal que assegurasse 'uma insolação de 3 a 4 horas por dia, no mínimo'. (...).

É uma pena que tais exigências tenham sido revogadas vinte e tantos anos depois *pela pressão dos especuladores*, pois podemos antever as descomunais dimensões que deveriam ter os pátios de insolação destinados aos muito altos edifícios de apartamentos." (LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*, p.83/84, ênfase minha).

- LANGENBUCH, Jürgen Richard. *A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana*, Rio de Janeiro, IBGE, 1971.
- LEFEBVRE, Henri. *Le droit à la ville*, Paris, Éditions Anthropos, 1968.
- _____. *Posição: contra os tecnocratas*, São Paulo, Documentos, 1969.
- _____. *O pensamento marxista e a cidade*, Póvoa de Varzim, Ulisséia, 1972.
- _____. *La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production*, 2ème édition, Paris, Anthropos, 1973.
- _____. *Hegel, Marx, Nietzsche: ou o reino das sombras*, Póvoa de Varzim, Ulisséia, 1975.
- _____. *Lógica formal/lógica dialética*, 3a. edição, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1987.
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*, 2a. edição, São Paulo, Nobel, 1989.
- LEVI, Rino. "Arquitetura e a estética das cidades". In XAVIER, Alberto (org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração*, São Paulo, Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*, 5a. edição, São Paulo, Cortez, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, 3a. edição, São Paulo, Hucitec, 1986.
- _____. *Subúrbio. Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, São Paulo-São Caetano do Sul, 1992.
- MONBEIG, Pierre. *La croissance de la ville de São Paulo*, Grenoble, Institut et Revue de Géographie alpine, 1953.
- MORSE, Richard M. *De comunidade à metrópole: biografia de São Paulo*, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora (evocações da metrópole)*, São Paulo-Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1980.
- MUMFORD, Lewis. *Arquitetura, construção e urbanismo*, Rio de Janeiro/Lisboa, Fundo de Cultura, 1965.
- PETRONE, Pasquale. "São Paulo no século XX". In: AZEVEDO, Aroldo de (coord.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*, vol.II, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- PINTO, Adolpho Augusto. *História da viação pública de São Paulo*, 2a. edição, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1977.
- PRADO JÚNIOR, Caio. "Contribuição para a Geografia urbana da cidade de São Paulo". In: _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1953.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*, 2a. edição, Petrópolis, Vozes, 1976.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1968.
- _____. *Quadro da arquitetura no Brasil*, 6a. edição, São Paulo, Perspectiva, 1987.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, São Paulo, Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- SANTOS, Paulo e WARCHAVCHIK, Gregori. In: XAVIER, Alberto (org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração*, São Paulo, Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Ação Regional. *Cidades médias e desenvolvimento industrial: uma proposta de descentralização metropolitana*, São Paulo, 1978.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *Os meandros dos rios nos meandros do poder. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*, tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- WARCHAVCHIK, Gregori. "Acerca da arquitetura moderna. In: XAVIER, Alberto (org.). *Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração*, São Paulo, Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987.